



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. JOSÉ JANENE)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, proibindo o transporte de valores ou de numerário em veículos terrestres, aéreos ou aquáticos utilizados para o transporte de passageiros.

DESPACHO:

30/03/2001 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.489, DE 2000.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM / /

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

| COMISSÃO | DATA/ENTRADA |
|----------|--------------|
| | / / |
| | / / |
| | / / |
| | / / |
| | / / |
| | / / |

PRAZO DE EMENDAS

| COMISSÃO | INÍCIO | TÉRMINO |
|----------|--------|---------|
| | / / | / / |
| | / / | / / |
| | / / | / / |
| | / / | / / |
| | / / | / / |
| | / / | / / |

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

| | |
|--------------------------|-------------|
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: |
| Comissão de: | Em: / / |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: |
| Comissão de: | Em: / / |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: |
| Comissão de: | Em: / / |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: |
| Comissão de: | Em: / / |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: |
| Comissão de: | Em: / / |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: |
| Comissão de: | Em: / / |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: |
| Comissão de: | Em: / / |

PROJETO DE LEI Nº 4.388 DE 2001

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.388, DE 2001
(DO SR. JOSÉ JANENE)



Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, proibindo o transporte de valores ou de numerário em veículos terrestres, aéreos ou aquáticos utilizados para o transporte de passageiros.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.489, DE 2000.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado um art. 5º-A à Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, com a redação que se segue:

* Art. 5º-A É vedado o transporte de valores ou de numerário em veículos terrestres, aéreos ou aquáticos, quando estes estejam sendo utilizados, em linhas comerciais regulares ou sob regime de fretamento para turismo, para o transporte de passageiros.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No ano passado, o Brasil foi surpreendido por um audacioso seqüestro de uma aeronave de transporte de passageiros, em operação em uma linha comercial regular.

O motivo determinante dessa ação criminosa foi a intenção de roubar malotes de numerário que estavam sendo transportados, nessa aeronave de passageiros, para uma agência do Banco do Brasil.

Tal situação, que pôs em risco a vida de dezenas de passageiros e deixou apreensivos todos os seus familiares, só ocorreu porque a legislação brasileira, que disciplina o transporte de valores – Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 –, não impede que se embarquem malotes com valores ou

1



numerário em veículos utilizados no transporte de passageiros, seja em linha comercial regular, seja em situação de fretamento para turismo

O objetivo do presente projeto de lei é pôr fim a essa omissão legal, impedindo que veículos terrestres, aéreos ou aquáticos possam ser utilizados, quando operando no transporte de passageiros, para o transporte, tanto de numerário, quanto de outros valores, como barras de ouro, títulos públicos etc.

Com essa medida, bastante simples, estaremos evitando que situações constrangedoras, como a ocorrida em 2000, voltem a acontecer.

Além disso, estamos garantindo a tranquilidade e a segurança de inocentes passageiros, evitando que estes, por motivos comerciais e independentes de sua vontade, se vejam, subitamente, ao embarcarem em um ônibus, avião ou navio com a simples intenção de se deslocarem, a serviço ou de férias, entre duas cidades brasileiras, envolvidos em um ato criminoso que os coloca sob sério perigo de vida.

Certo de que meus ilustres Pares concordarão com a importância, para a sociedade brasileira, da alteração sugerida ao texto da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, concito-os a apoiarem esta proposição, com vistas à sua transformação em diploma legal.

Sala das Sessões, em 28 de Março de 2001.


DEPUTADO JOSÉ JANENE

Lotus 30

PL N° 4388/2001

3

PLENARIO - RECEBIDO
Em 28/03/01 às 16:25
Nome P. edr
Ponto 3290



DISPÕE SOBRE SEGURANÇA PARA
ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS,
ESTABELECE NORMAS PARA
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO
DAS EMPRESAS PARTICULARES QUE
EXPLORAM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E
DE TRANSPORTE DE VALORES, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 5º O transporte de numerário entre sete mil e vinte mil UFIR
poderá ser efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes.

** Art. 5 com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/03/1995.*

Art. 6º Além das atribuições previstas no art. 20, compete ao
Ministério da Justiça:

I - fiscalizar os estabelecimentos financeiros quanto ao
cumprimento desta Lei;

II - encaminhar parecer conclusivo quanto ao prévio cumprimento
desta Lei, pelo estabelecimento financeiro, à autoridade que autoriza o seu
funcionamento;

III - aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades
previstas nesta Lei.

** Art. 6, "caput", com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/03/1995.*

Parágrafo único. Para a execução da competência prevista no inciso
I, o Ministério da Justiça poderá celebrar convênio com as Secretarias de
Segurança Pública dos respectivos Estados e Distrito Federal.

** Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/03/1995.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 4388/01

Apense-se ao PL 3489/00.

(Art. 24, II)

(Ordinária - Art. 151, III, RICD)

Em 20/03/01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : PL_043882001 - 1



Câmara dos Deputados

REQ 58/2003

Autor: José Janene

Data da
Apresentação: 18/02/2003


Ementa: Requer o desarquivamento de Projetos de Leis, nos termos do Art. 105 - Parágrafo Único do RI.

Forma de
Apreciação:

Despacho: DFFIRO, nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, o desarquivamento dos PLS 78/95, 566/95, 3515/97, 1388/99, 2764/00 e 4388/01 INDIFFIRO o desarquivamento dos PLS 519/95 e 2481/00, por haverem sido arquivados definitivamente; dos PLS 2482/00, 2713/00 e 4825/01, tendo em vista não haverem sido arquivados; bem como do PL 77/95, uma vez que sua tramitação se encontra esgotada nesta Casa, havendo sido remetido ao SF. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Regime de
tramitação:

Em 10/03/2003


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

2479/00



REQUERIMENTO
(do Sr. José Janene)

58/03

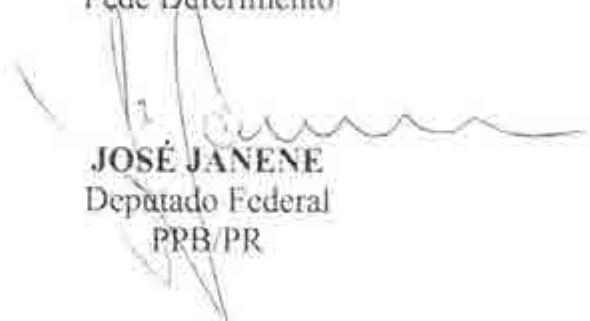
Senhor Presidente.

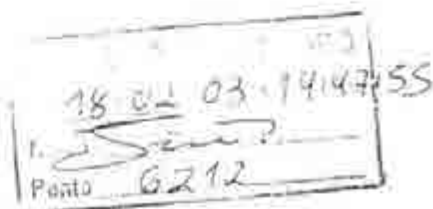
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 105, Parágrafo Único, o desarquivamento dos Projetos de Leis n.ºs. 077/1995, 078/1995, 519/1995, 566/1995, 3515/1997, 1388/1999, 2481/2000, 2482/2000, 2713/2000, 2764/2000, 4388/2001 e 4825/2001.

Brasília, 17 de fevereiro de 2003.

Nestes Termos

Pede Deferimento


JOSÉ JANENE
Deputado Federal
PPB/PR



R727FEQE25

Brasília, 11 de março de 2003.

Senhor Deputado,

Em resposta ao Requerimento nº 58, de 2003, que "requer o desarquivamento de proposição", informo haver deferido o pedido quanto aos PLs 78/95, 566/95, 3515/97, 1388/99, 2764/00 e 4388/01. Indeferi, porém, o desarquivamento no tocante aos PLs 519/95 e 2481/00, por haverem sido arquivados definitivamente; aos PLs 2482/00, 2713/00 e 4825/01, tendo em vista não haverem sido arquivados; bem como no que tange ao PL 77/95, uma vez que sua tramitação se encontra esgotada nesta Casa, havendo sido remetido ao Senado Federal.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.



JOÃO PAULO CUNHA

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **JOSÉ JANENE**
Anexo IV – Gab. 608
NESTA

